02 e 05 de dezembro de 2014

XV Jornada do Programa de Pós Graduação de Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS/UFRJ), Rio de Janeiro
Comissão Organizadora:
Alexander Avis
Camila Greiner
Carolina Luz
Flora Lucas
Jaqueline Sant’ana
Larissa Quillinan
Raffaele Calandro
Tâssia Áquila

IBSN: 978-85-87124-06-7
Entre a cruz e o plenário: os Projetos de Lei da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em torno do Ensino Religioso nas escolas públicas fluminenses (1999-2007)452

Carlos Eduardo Oliva453

Resumo

Neste trabalho, apresento algumas das características dos projetos de lei surgidos na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) em torno do ensino religioso nas escolas públicas fluminenses desde a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), caracterizando a cada um desses projetos, a saber, o Projeto de Lei nº 159 de 1999, o Projeto de Lei nº 1233 de 1999, o Projeto de Lei nº 1840 de 2000 e o Projeto de Lei nº 1069 de 2007, indicando algumas das particularidades que os envolveram. Procuro demonstrar como cada um desses projetos não só se diferenciam entre si, e de que maneira, mas também se aproximam, à medida que cada um deles surgiu a partir de embates ocorridos na tramitação do projeto de lei imediatamente anterior em torno do ensino religioso nas escolas públicas fluminenses.


---

452 O título deste breve trabalho é o mesmo dado à dissertação defendida no âmbito do PPGCP-UFF (OLIVA, 2014), para obtenção do título de mestre. Este texto corresponde a uma condensação de trechos desta dissertação, a fim de apresentá-la sucintamente no presente evento.

453 Professor do Colégio Pedro II, mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, bacharel e licenciado em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

XV Jornada do PPGSA/UFRJ • 02-05 dez. 2014
O ensino religioso nas escolas públicas brasileiras

Recte Republicam Gerere 454


Tanto a Constituição de 1988 quanto a LDB de 1996 dispuseram sobre a obrigatoriedade da oferta do ensino religioso nas escolas públicas no Brasil e acabaram levando o Poder Legislativo de entes federados brasileiros à criação de leis disposto sobre o ensino religioso em seus respectivos sistemas de ensino público, ainda mais diante da pressão da Igreja Católica, encarando leis como instância permanente em oposição à transitoriedade de decretos, resoluções, pareceres e portarias que já previssem o ensino religioso (FERNANDES & MENDONÇA, 2011).

Assim, no Estado do Rio de Janeiro, o primeiro projeto de lei em torno do ensino religioso nas escolas públicas fluminenses desde a LDB de 1996 surgiu em 1999 e, o mais recente até a presente data (2014), em 2007455.

Para conhecemos como tramitaram tais projetos, seguimos a seguinte metodologia: realizamos (i) um levantamento de bibliografia a respeito do ensino religioso nas escolas públicas brasileiras e, mais especificamente, fluminenses; (ii) um levantamento de bibliografia a respeito da estrutura e do funcionamento da ALERJ; (iii) um levantamento dos Projetos de Lei nº 159 de 1999, nº 1.233 de 1999, nº 1.840 de 2000 e nº 1.069 de 2007; (iv) uma análise do conteúdo dos textos de cada um desses projetos e, finalmente, (v) uma análise da tramitação de cada um desses

---

projetos de lei, a partir de suas movimentações (discussões, pareceres, emendas, votações, etc.), conforme estão publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DOERJ)456.

Procuramos, no levantamento bibliográfico, recorrer a diversos trabalhos sobre o ensino religioso nas escolas públicas brasileiras e, mais especificamente, nas escolas públicas fluminenses, para conhecermos melhor o tema457. Procuramos ainda alguns trabalhos sobre a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro458.

Tal pesquisa nos pareceu relevante por diversos motivos, entre eles, o fato de nos últimos anos ter havido crescente interesse em se estudar a oferta do ensino religioso obrigatório de matrícula facultativa nas escolas públicas dos entes federados brasileiros. Livros, artigos e números especiais de revistas acadêmicas publicados recentemente se destinam ao tema, procurando compreendê-lo melhor. Entre pesquisas realizadas para elaboração de dissertações de mestrado e teses de doutorado, mais de cem trabalhos abordam este tema, segundo o banco de teses do Observatório da Laicidade na Educação, que deu continuidade aos trabalhos do Observatório da Laicidade do Estado do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, NEPP-DH/UFRJ459. Nenhuma delas,
entretanto, parece ter sido produzida em um programa de pós-graduação em Ciência Política, como a presente pesquisa.

Além disso, hoje, além da Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 3.268 de 2004, especificamente contra a lei estadual n° 3.459 de 2000 que dispõe sobre o ensino religioso nas escolas públicas fluminenses, existe a tramitação junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) de outra Ação Direta de Inconstitucionalidade, a ADIN n° 4.439 de 2010, através da qual a Procuradora-Geral da União Deborah Duprat requer a realização de audiência pública no STF a respeito do ensino religioso nas escolas públicas, lembrando que, embora o ensino religioso esteja previsto na LDB de 1996, na Constituição de 1988 e no Decreto nº 7.107 de 2010 (o Acordo Brasil - Santa Sé), a Constituição Federal estabelece o princípio da laicidade em seu artigo 19, o que faz o tema em questão possuir “relevância, complexidade e natureza interdisciplinar”.

Também o editorial do jornal Folha de São Paulo em 1º de março de 2011, apontou que "para dirimir a questão [do ensino religioso nas escolas públicas], o ideal seria uma emenda constitucional eliminando a exigência do ensino religioso. Diante da improbabilidade de que tal solução prospere, por força da influência de igrejas e cultos [junto ao Poder Legislativo], resta aguardar uma manifestação terminante do Supremo Tribunal Federal em favor da laicidade do Estado, quando se pronunciar sobre ação direta de inconstitucionalidade movida pelo Ministério Público Federal" (o itálico é nosso). E foi até mesmo apresentado, também em 2011, ao Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), um relatório realizado pela socióloga paquistanesa relatora da ONU para o direito à cultura, Farida Shaheed, em que, segundo a imprensa brasileira460, é apontado que centenas de escolas públicas em pelo menos 11 Estados

---

do Brasil não seguem os preceitos do caráter laico do Estado e impõem o ensino religioso, o que foi mais uma vez identificado pela imprensa em matéria publicada em O Globo bastante recentemente, em 24 de março de 2013, sob o título de *Fé imposta na sala de aula: contrariando a legislação, ensino religioso é obrigatório em metade das escolas públicas*, referindo-se às escolas públicas fluminenses.

A própria lei 3459 de 2000 já vem produzindo efeitos para outros entes federados brasileiros, tendo sido modelo para leis de outros estados que adotaram ensino religioso confessional e tendo sido evocada quando, em outubro de 2011, no município do Rio de Janeiro, a capital do Estado do Rio de Janeiro, foi sancionada lei que instituiu o ensino religioso também na rede municipal de ensino, nos mesmos moldes do ensino religioso nas escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro: confessional, com concurso para provimento do cargo de professor de ensino religioso com maioria de vagas destinada a professores vinculados à Igreja Católica. Ao mesmo tempo, em 2011 tinha sido noticiado que, das quase três mil emendas que o projeto de lei do novo Plano Nacional de Educação, PNE, recebeu na Câmara dos Deputados, em Brasília/DF, a proposta de emenda mais repetida foi para a inclusão de determinação que reforçasse o caráter laico das escolas públicas, reivindicação que vinha em hora muito oportuna.

Portanto, identificamos que o ensino religioso nas escolas públicas, especialmente as fluminenses, é assunto de enorme relevância. Há Ações Diretas de Inconstitucionalidade tramitando no Supremo Tribunal Federal em relação à matéria, relatório recente da ONU apontando o quanto a oferta do ensino religioso nas escolas públicas, inclusive as do Estado do Rio de Janeiro, acabam por contrariar os Direitos Humanos e emendas que foram sugeridas ao Plano Nacional de Educação 2011-2020 para a inclusão de determinação que reforçasse o caráter laico das escolas públicas, enquanto surgiam ao mesmo tempo notícias em relação à oferta do

---


461 Os estados que também oferecem ensino religioso confessional em seus sistemas de ensino público, além do Rio de Janeiro, são o Acre, a Bahia e o Ceará.

ensino religioso confessional nas escolas públicas de outros entes federados, como, por exemplo, a própria capital do Estado do Rio de Janeiro, inspirados no modelo adotado pelo Estado do Rio de Janeiro, até então o único ente a adotar o modelo confessional na região sudeste.

Em resumo, vemos como o ensino religioso nas escolas públicas fluminenses e, talvez mais particularmente, a lei estadual 3459 de 2000 do Rio de Janeiro ainda estarão no centro de muitas discussões no Brasil. Assim, conhecemos melhor os detalhes das disputas na ALERJ envolvendo os projetos de lei nº 159 de 1999, nº 1233 de 1999, aquele que se tornaria a lei 3459 de 2000, o PL nº1840 de 2000, vetado, e o PL nº 1069 de 2007 é de suma importância, verificando o que ocorreu ao longo das discussões sobre cada um dos projetos de lei e da discussão em torno do veto a um deles, partindo de uma descrição precisa daquilo que foi dito e feito pelos deputados da ALERJ nas discussões e votações no plenário daquela assembléia legislativa em torno desses projetos.

Entre a cruz e o plenário: os projetos de lei

“(…) não entendiam do Estado, porque, se entendessem, não teriam permitido que a Igreja alcançasse tanta grandeza.”

MAQUIAVE. O Príncipe. Capítulo III

Caracterizando a cada um dos projetos de lei enfocados em nossa pesquisa, evidenciamos que o PL 159/99 reforçava o caráter facultativo do ensino religioso e a destinação deste apenas ao ensino fundamental; propunha um atendimento a preferências religiosas a serem identificadas em um levantamento de dados a ser feito; propunha que lecionassem o ensino religioso “ministros” de confissões religiosas, “credenciados por órgãos competentes”, com formação em Teologia ou Educação Religiosa; previa a possibilidade de pluriconfessionalidade; propunha um programa de ensino religioso submetido à elaboração por parte de “entidades religiosas”, mas garantia análise por parte da Secretaria de Educação para “verificação de incompatibilidade com legislação vigente”; previa a destinação de apenas uma hora/aula por semana para o ensino religioso; explicitava na sua Justificativa interesse de doutrinação religiosa das crianças pelo ensino religioso, que serviria para “reliar” o homem a Deus, ensinando às crianças princípios da fé e da religiosidade teísta; não se referia a qualquer, ainda que suposto, “interesse público” em sua Justificativa e que o mesmo foi arquivado ainda em 1999, após ser
retirado de pauta pela autora, descontente com os rumos de sua tramitação e com as emendas do deputado Carlos Dias a este projeto.

Por sua vez, o PL 1233/99 surgiu exatamente do descontentamento de seu autor com a retirada de pauta do PL 159/99; estendia ensino religioso a toda educação básica e não o restringia ao ensino fundamental, conforme indicava a Constituição de 1988 e a LDB de 1996; facultava aos pais o direito de optar se o ensino religioso seria recebido por seus filhos, no caso de confissão religiosa a que pertencessem estar credenciada, ou aos próprios filhos a partir da idade de 16 anos; limitava ensino religioso a professores com registro no MEC e, preferencialmente, do quadro do magistério da Secretaria de Educação, desde que credenciados por autoridade religiosa competente; estabelecia ao Estado o dever de apoiar integralmente o que as autoridades religiosas determinassem para o conteúdo do ensino religioso; ampliava a carga horária do ensino religioso nas escolas públicas fluminenses para dois tempos semanais de aula; autorizava o Poder Executivo a abrir concurso para professores de ensino religioso; estabelecia que remuneração de professores de ensino religioso obedeceria aos mesmos padrões remuneratórios do quadro permanente do magistério estadual do Rio de Janeiro; não possuía justificativa, havendo em seu lugar a inscrição “de plenário” e, com todas as suas características, se tornou a lei 3459/00, de setembro de 2000, que dispõe sobre o ensino religioso nas escolas públicas, ainda em vigor.

Também surgido do descontentamento do seu autor com a tramitação de um PL anterior, o PL 1840/00 apareceu com o descontentamento de seu principal autor, Carlos Minc, em relação à sanção da lei 3459/00 e propunha dar nova redação à esta lei; sugeria a pluriconfessionalidade para o ensino religioso, retirando a confessionalidade deste tipo de ensino e vedando a primazia para alguma doutrina religiosa; retirava a expressão “obrigatoriedade” do ensino religioso da lei; atribuía ao sistema de ensino a regulamentação dos procedimentos para definição dos conteúdos de cada ciclo de conhecimento do ensino religioso, estabelecendo, entretanto, que “entidade civil” constituída por diferentes denominações religiosas fosse ouvida a respeito; atribuía ao sistema de ensino normas para habilitação e admissão de professores concursados de ensino religioso e as medidas para capacitação destes; visava, sobretudo, adequar a legislação estadual à legislação federal; acabava com necessidade de “credenciamento” junto a autoridades religiosas por parte dos professores de ensino religioso; considerava prerrogativa da Secretaria de Educação decisão sobre aspectos pedagógicos e administrativos de sua grade escolar; tramitou entre 2000 e 2004, tendo sido aprovado e ido para autógrafo, quando foi vetado pelo Poder Executivo, sendo o veto mantido pela ALERJ, o que o levou ao arquivamento.
Por fim, o PL 1069/07, o mais recente surgido na ALERJ até então, tendo entre seus co-autores deputados que já haviam se manifestado como contrários à lei 3459/00 e ao veto ao alternativo PL 1840/00, que em 2014 ainda segue tramitando, surgiu visando, sobretudo, a revogação da lei 3459/00. Este PL restringe o ensino religioso ao ensino fundamental; observa a laicidade do Estado em seu texto; veda atividades de natureza catequética missionária ou doutrinária no ensino religioso; procura valorizar a diversidade religiosa; veda interferência de autoridades religiosas; atribui responsabilidades ao Conselho Estadual de Educação e à Secretaria de Educação; tira a carga horária do ensino religioso da carga horária mínima obrigatória na legislação educacional, de modo que as crianças ao terem o ensino religioso não deixem de ter o ensino de outras disciplinas previstas; deixa a cargo da Secretaria de Educação o programa, a definição da carga horária e do material para ensino religioso, bem como orientações gerais a seu respeito, respeitando a legislação; deixa a cargo da escola as orientações detalhadas sobre o ensino religioso, inclusive a definição do formato deste tipo de ensino, não sendo obrigatório que as atividades do ensino religioso sejam em formato de “aulas”; veda provas (avaliações) ou reprovação por nota ou inassiduidade em relação ao ensino religioso; observa rigorosamente a legislação federal sobre o tema; estabelece que os professores de ensino religioso sejam licenciados nas áreas de Ciências Humanas, como Filosofia, História, Ciências Sociais, Psicologia ou Pedagogia; delimita que professores do magistério estadual só possam comprometer até 50% de sua carga horária para ensino religioso; permite a alunos a partir de 12 anos que estes decidam se querem ou não se matricular no ensino religioso, se fundamentando em dispositivo do Estatuto da Criança e do Adolescente e torna revogável a decisão por cursar ou não o ensino religioso; exige que existam alternativas para quem não quiser cursar o ensino religioso, ou mesmo a dispensa do aluno na ausência da oferta de tais atividades; veda solicitação de declaração de preferência religiosa à administração estadual, aos professores, à direção e aos funcionários; veda conseqüências aos professores em razão de suas convicções; exige ampla divulgação das escolas do conteúdo da lei que poderá surgir deste projeto e, finalmente, dá estímulo a pesquisas em torno de metodologia e didática do ensino religioso. Este PL já foi submetido à sua primeira discussão, encontrando resistência de alguns deputados, em 2007, na qual recebeu 30 emendas, todas sugerindo alterações para que este PL não promova maiores modificações no formato de ensino religioso hoje existente com base na lei 3459/00. Não houve até hoje (2014) nova discussão em torno deste PL.
Para efeito de facilitar a comparação das características de cada projeto de lei, fizemos uma tabela com as características de cada um deles (*Tabela 1 - Características comparadas dos projetos de lei em torno do ensino religioso surgidos na ALERJ entre 1999 e 2007*).

Além da caracterização dos projetos de lei aqui tratados e da constatação de que cada um desses projetos não só se diferenciam entre si, e de que maneira, mas também se aproximam, à medida que cada um deles surgiu a partir de embates ocorridos na tramitação do projeto de lei imediatamente anterior em torno do ensino religioso nas escolas públicas fluminenses, chegamos a outras constatações ao longo de nossa pesquisa.

Pudemos, por exemplo, verificar que, diferente do que supunhamos ao iniciar nossa pesquisa, houve muita menção a princípios republicanos nas tramitações, notadamente à laicidade do Estado, e o respeito a leis existentes, especialmente por parte dos deputados que se opuseram ao ensino religioso confessional nos moldes defendidos pelo PL 1233/99, como os deputados Carlos Minc, Marcelo Freixo, Comte Bittencourt, entre outros que tiveram postura igualmente republicana, nos conteúdos dos projetos de lei dos quais foram autores ou co-autores e/ou nos embates no plenário, nos quais se destacaram como defensores da laicidade do Estado e da legislação federal, nas discussões e votações.

Verificamos, portanto, que não foi por falta de argumentos plausíveis e corretamente demonstrados, que os deputados da ALERJ acabaram optando463 por manter o ensino religioso confessional nas escolas públicas fluminenses nos moldes da lei 3459/00, ferindo a legislação federal, uma vez que as falas do deputado Carlos Minc na tramitação dos projetos de lei 1233/99 e 1840/00 e dos deputados Marcelo Freixo e Comte Bittencourt na tramitação do projeto de lei 1069/07, para citarmos apenas alguns deputados que tiveram atuação mais destacada, deram conta de explicitar os equívocos em curso com a lei 3459/00 em vigência.

Ou seja, podem não ter sido muito numerosos, mas foram precisos e incisivos os defensores da laicidade do Estado nessas tramitações, em que muitas vezes tinham que defender a laicidade do Estado e a necessidade da laicidade na educação diante de alguns fervorosos defensores do ensino religioso, como os deputados Carlos Dias, Carlos Correia, Otávio Leite e Samuel Malafaia, muitos dos quais demonstraram até mesmo possuírem preconceitos contra religiões de matriz africana – como o fizeram os deputados Sívuca, durante a tramitação do PL

463 Por uma diferença de 16 votos na votação a favor de o PL 1233/99 se tornar a lei 3459/00 e também 16 votos para que se mantivesse o veto ao PL 1840/00.
1233/99, e Edino Fonseca, durante a tramitação do PL 1069/07 – e, preconceitos contra ateus – como vimos em pronunciamentos de Otávio Leite, durante a tramitação do PL 1840/00 e durante a discussão em torno do veto recebido por este PL. Sem nos referirmos às vezes em que o ensino religioso era apontado pelos deputados mais conservadores como uma solução para a violência urbana.

Constatamos, dessa maneira, que o que levou o Estado do Rio de Janeiro a passar a ter ensino religioso confessional em suas escolas públicas foi o êxito, nos bastidores, dos defensores do ensino religioso confessional – ainda que possam ter sido um pouco mais silenciosos no plenário – obtendo votações favoráveis ao ensino religioso confessional nas escolas públicas fluminenses, ganhando por 16 votos de diferença entre votos favoráveis e contrários tanto à aprovação do PL 1233/99 quanto à manutenção do veto ao PL 1840/00, apesar da plausibilidade a nosso ver discutível dos argumentos mobilizados em favor do ensino religioso confessional no plenário, nas emissões de pareceres, discussões e votações dos projetos de lei aqui referidos, nem sempre fazendo referência a algum (ao menos suposto) interesse público ou argumentação que fugisse completamente de fundamentações religiosas464 ou que não procurassem embair os demais deputados sobre a presença do ensino religioso na escola pública, por exemplo, o apontando como uma solução para a violência urbana.

Com o referido êxito, e a aprovação da lei 3459/00, vemos o quanto tiveram primazia os interesses de certos grupos religiosos, notadamente os interesses das lideranças católicas, como o bispo Felippo Santoro, um dos articuladores da Igreja Católica junto aos deputados em favor do ensino religioso nas escolas públicas fluminenses465. Vemos ainda, como

464 A fundamentação do PL 1233/99, por exemplo, se deu com argumentos baseados em crenças religiosas. Assim, a lei 3459/00 foi criada sob fundamentação religiosa, graças à obstinação de seu autor, o deputado Carlos Dias, e vem criando distinções e preferências entre os alunos da rede pública fluminense. Esta lei propiciou ainda manutenção de uma aliança com a Igreja Católica que é predatória do erário público, por utilizá-lo para dar conta dos interesses de uma associação de direito privado, esta igreja, afinal, a referida lei assegura privilégios à religião católica, com dinheiro público sendo usado para seus interesses de obtenção de manutenção de seus fiéis e da imposição de sua moral para a sociedade, reagindo, através do Estado, à diminuição do número de seus fiéis, visando conversões.

evidenciaram pronunciamentos de deputados em diversos momentos, que existiram acordos realizados nos bastidores favoráveis à aprovação do ensino religioso nas escolas públicas fluminenses. Houve não raramente transgressões regimentais e argumentações falaciosas na defesa do ensino religioso confessional nas escolas públicas, como em falas de Otávio Leite, Samuel Malafaia e Édino Fonseca, além do PL 1233/99 e da lei 3459/00 ferirem claramente o artigo 19 da Constituição Federal e legislação federal.

A maneira como o ensino religioso confessional pode afetar a isonomia dos cidadãos foi um pouco menos referida que a laicidade do Estado, embora também tenha sido objeto de pronunciamento em discussão/votação, como vimos. Afinal, o caráter facultativo do ensino religioso não exime que o mesmo deixe de interferir na isonomia dos indivíduos, pois permite formação distinta para os alunos, de acordo com a religião de cada um, e favorece a credos com maior número de fiéis, em claro atentado contra as minorias. Houve obviamente um intuito, facilmente perceptível em leitura do PL 159/99 e do PL 1233/99 (que originou a lei 3459/00), em se doutrinar crianças em religiões de matriz judaico-cristã através da escola pública, por parte dessas dois projetos de lei.

Assim, a lei 3459/00 acaba interferindo na cidadania de crentes e não-crentes, estes últimos discriminados, ao estabelecer que é mais importante que se seja um religioso do

466 Ferem a legislação federal de diversas formas, por exemplo, ao tomarem o ensino fundamental, único nível para o qual a Constituição de 1988 prevê ensino religioso, por toda a educação básica, e também porque o artigo 33 da LDB-1996 previa ensino religioso confessional quando não previa expressamente ónus aos cofres públicos, não à toa. A nova redação do artigo 33 da LDB-96, apesar de possibilitar uso de recursos públicos para o ensino religioso, vedou qualquer forma de proselitismo religioso por meio deste ensino. A lei 3459/00 parece ainda extrapolar o artigo 33 da LDB-1996 (modificado pela lei 9.475/97) por tirar da Secretaria de Educação o controle dos conteúdos do ensino religioso e as normas para habilitação e admissão de professores de ensino religioso, bem como por estabelecer que se faça mais do que se “ouvir entidade civil”, o que é determinado pela LDB-1996, buscando garantir que o Estado se submeta a autoridades religiosas. À medida que propõem entidades religiosas no lugar da Secretaria de Ensino para elaboração de programas/escolha de conteúdos do ensino religioso, o projeto 1233/99 e a lei que originou, lei 3459/00, propõem relação de dependência e aliança entre Estado e religiões, indo contra artigo 19 da Constituição da República Federativa de 1988. A vinculação obrigatória de professores do magistério estadual a associações de direito privado, as associações religiosas, sendo pagos pelo Estado, mas podendo até perder seu emprego público no caso dessas associações “verificarem” que perdeu sua fé, é outra prova de apoio estatal a sociedades privadas, em clara indistinção entre esferas pública e privada. Ainda, claramente a lei 3459/00 facilita o proselitismo e a doutrinação na escola pública, entre outros equívocos, como a extensão do ensino religioso ao ensino médio, em vez de restringi-lo ao ensino fundamental, dá poderes a autoridades religiosas (credenciamento de professores, definição de conteúdos) e, o pior, favorece inimizades e conflitos entre alunos da educação básica durante sua formação, como apontou o deputado Caetano Amado na discussão em torno do veto ao PL 1840/00, criando intolerância, como disse nesta mesma discussão o deputado Comte Bittencourt.
que um cidadão (na fala de Otávio Leite, por exemplo, entre outras, que, em vez de se referirem à importância da cidadania, etc., se referiram à religião como antídoto para problemas sociais, como a violência urbana), visando facilitar a difusão do catolicismo com recursos públicos (beneficiando a Igreja Católica), além de ser fruto de decisão fundamentada em crença religiosa de seu autor – o que pode levar um dia à defesa e busca de legitimação de uma liderança política teocrática sob fundamentação de direito divino –, em vez de fundamentação na soberania popular, em claro atentado contra a laicidade do Estado. Afinal, podemos não considerar razoável um PL ser defendido em nome de qualquer ente sobrenatural.

À medida que Deus é usado em justificativas do PL 159/99 e para justificar em plenário o PL 1233/99, por parte de seu autor – que até louvou a Deus quando seu PL foi aprovado–, vemos como os defensores do ensino religioso no molde confessional, conforme previsto na lei estadual 3459/00, puderam fugir a argumentos puramente políticos ou racionais na defesa da presença do ensino religioso na escola pública fluminense. Sua fé e seus valores religiosos, que os moveram. Isso nos remete a um texto do cientista político Renato Lessa publicado no suplemento Aliás do jornal Estado de São Paulo, em 04 de março de 2012, intitulado Coalizão dos céus? em que este estudioso questiona: “é razoável que crenças particulares constituam base para legislação e políticas públicas?” Segundo Lessa (2012) – embora mais voltado para a ameaça à república laica que representam as ações da “liga evangélica” na política nacional, sem se referir à ameaça de igual teor que se dá pela atuação de católicos na política e em seus bastidores – para que seja defendida a laicidade do Estado e a tolerância religiosa,

“uma república de ateus é não só viável, mas pode ser uma condição necessária contra a intolerância religiosa. Trata-se de uma tese que pode chocar o leitor, pela aparente ausência de espiritualidade, mas pode ser interpretada de modo inverso: a garantia de incoludibilidade diante do que creio só pode ser dada se sou protegido da intolerância promovida por outras crenças. Só pode fornecer tal garantia um Estado indiferente a todas as crenças e, neste sentido, desespiritualizado.” (LESSA, 2012).

O que Lessa chama de “república de ateus” encontra sua expressão institucional na ideia de um Estado laico corretamente compreendido.

Quando a religião está presente na escola pública sem possibilidade de questionamento, com seus valores e concepções sendo transmitidos em vez de problematizados, esta escola deixa de se pautar na Ciência, o que descaracteriza a função social da escola de permitir
aos alunos que aprendam a submeter tudo ao livre exame da razão, ou seja, a escola se vê aberta para ensinar e legitimar dogmas e até preconceitos.467

Podemos concluir, além da relação existente entre todos os PL, que por mais silenciosos e vitoriosos que tenham sido os defensores dos interesses dos grupos religiosos, especialmente a Igreja Católica, em oferecer ensino religioso confessional nas escolas públicas fluminenses, a cada tramitação, entretanto, houve quem atuasse em defesa de princípios republicanos, como a laicidade do Estado, conforme já apontamos acima, na tramitação do PL 1233/99, como os deputados José Divino, Armando José, Laprovita Vieira, Mario Luiz, Edmilson Valentim e Cida Diogo; na tramitação do PL 1840-00 e da votação ao seu veto recebido, como os deputados Armando José, Laprovita Vieira, Artur Messias, Chico Alencar, Cidinha Campos, Edson Albertassi, Hélio Luz, Ismael de Souza, Jamil Haddad, Walney Rocha, Paulo Pinheiro, André Cecilino, Paulo Ramos, Luiz Paulo (a partir da segunda discussão), Inês Pandeló, Jurema Batista, Comte Bittencourt, Caetano Amado, Heloneida Studart, Geraldo Moreira, Edmilson Valentim; e, finalmente, na tramitação do PL 1069-07, como os deputados Marcelo Freixo, Comte Bittencourt, Paulo Ramos e Luiz Paulo.

Tal constatação empírica demonstra que – mesmo havendo a vitória de quem não observou princípios republicanos como a laicidade do Estado, a isonomia dos cidadãos e a defesa

467 Entretanto, importante notar que sequer tratamos dos desdobramentos do ensino religioso em sala de aula ou em relação aos materiais didáticos adotados para sua execução, como o fazem, de modo exemplar, Cavaliere (2006, 2007), Mendonça (2012) e Diniz, Lionço e Carrião (2010). Amanda Mendonça aponta, por exemplo, que para o ingresso do ensino religioso na grade, foi necessário se reduzisse o número de aulas de História e de Ciências (MENDONÇA, 2012: 54). A autora ainda faz menção aos conteúdos presentes no ensino religioso que identificou em sua pesquisa, como a “bondade de Deus”. Atualmente, dentro da matriz curricular, quem não cursa o ensino religioso, ainda de acordo com Mendonça (2012), disciplina que não leva alunos a reprovação em nenhuma hipótese, pode optar por cursar Espanhol, disciplina que pode reprová-lo por grau obtido ou inassiduidade, levando os alunos a muitas vezes, optarem pelo ensino religioso com medo de optar pelo Espanhol e sofrerem reprovação. E se em falas de Edino Fonseca (na tramitação do PL 1069/07) e Sívuc (na tramitação do PL 1233/99), vemos desrespeito a religiões de matriz africana, o que estes deputados que defenderam o ensino religioso de fato esperam deste ensino na escola pública? São os mesmos que na ALERJ geralmente se opõem a direitos sexuais e reprodutivos e a ampliação de direitos de minorias, não é de se espantar que pesquisas como as de Diniz, Lionço e Carrião (2010) e Caputo (2012) tenham identificado que o ensino religioso na escola pública tem não só questionado o estatuto epistemológico dos conhecimentos científicos, mas também reforçado preconceito contra ateus, candomblecistas e umbandistas, homossexuais, negros, e reforçando visão conservadora sobre as mulheres e a família.
e proteção da esfera pública – não houve total ausência de uma defesa de princípios e valores republicanos na tramitação dos projetos de lei em torno do ensino religioso nas escolas públicas na ALERJ.

E podemos concluir que não observaram princípios republicanos, como a laicidade do Estado, a isonomia dos cidadãos e a defesa e proteção da esfera pública, aqueles que defenderam nas discussões e votações o PL 1233/99 ou a lei 3459/00 e garantiram a adoção do ensino religioso confessional nas escolas públicas fluminenses 468.

A proposição, porém, que melhor parece ter observado estes princípios se trata do PL 1069-07, embora em votações e discussões tenha sido o mais emendado e ainda esteja tramitando depois de anos de apresentado. E o PL 1069-07 parece ainda remédio emergencial que deveria ser tomado contra os equívocos da lei 3459/00, para não ser necessário haver intervenção do STF, retificação após PEC (Proposta de Emenda à Constituição) do Congresso Nacional ou discussão até mesmo em instâncias internacionais (ONU) para que os deputados da ALERJ passem a compreender a necessidade da alteração do que hoje (em 2014) está em curso em relação ao ensino religioso nas escolas públicas fluminenses, com a presença do ensino religioso confessional. Afinal, é inegável que o PL 1069/07 consegue dar conta de apresentar bem, em resumo, todas as falhas do PL 1233/99 e da lei 3459/00, que originou, além de ser o que melhor defendeu a laicidade do Estado na ALERJ.

Uma possível reflexão a partir de Max Weber?

Porém, caso queiramos responder: o que pode ter levado os deputados Carlos Dias e Carlos Minc ou Édino Fonseca e Marcelo Freixo, cujas destacadas atuações se opuseram tão diametralmente nas tramitações dos projetos de lei, a adotarem as posturas que tiveram? Carlos

468 Dizemos isso porque o ensino religioso confessional apenas é oferecido para os alunos cujos pais possuem credo reconhecido e cadastrado, levando os alunos que não se enquadrarem neste critério a não contarem com a oferta deste tipo de ensino, o que configura um currículo não-isonômico, não-igualitário; porque a esfera pública não é salvaguardada em relação aos interesses dos grupos religiosos, que teriam seu credo ensinado nas escolas públicas à custa do erário público, em clara indistinção entre esferas pública e privada; e porque a laicidade do Estado é atingida, pois, à medida que se trata de grupos religiosos as associações que o Estado beneficia com o ensino religioso confessional, a separação entre Estado e religiões, com o Estado não tomando partido pela defesa de nenhum credo, não é efetivada, como seria de se esperar da laicidade do Estado e da laicidade na educação, especificamente.
Dias não foi sequer reeleito, apesar de seu feito, o que pode nos levar a questionarmos a resposta de que ele estaria procurando atender às suas bases eleitorais. Será que Carlos Dias, por exemplo, possuía qual tipo de motivação para suas ações? Talvez tenhamos em um ensaio clássico de Max Weber uma explicação razoável. Assim, recorremos às Ciências Sociais para uma breve, mas boa explicação de tudo o que acompanhamos neste trabalho.

De uma perspectiva que o próprio Weber aponta como sociológica, em *A Política como Vocação*, o autor passa a tratar de tipos de figuras políticas, buscando exemplos na história e procurando elaborar definições que possam dar conta de uma reflexão sobre o líder político. Weber acaba apontando que há três qualidades decisivas para o político: paixão469, senso de responsabilidade e senso de proporções. Ingressa no campo das indagações éticas ao reiterar que a carreira da política proporciona uma determinada sensação de poder, mas que é justamente esse poder que deve nos impor um problema: “que tipo de homem se deve ser para que se possa colocar a mão no leme da história?” Para Weber, “a política é feita com a cabeça” (WEBER, 1963: 139) e o político tem de saber resistir à vaidade vulgar, um pecado contra, nas palavras de Weber, o “espírito altaneiro de sua vocação.” Deste modo, o autor defende uma ética própria do político, circunscreta à objetividade e à responsabilidade, sem as quais o político não se coloca exclusivamente a serviço de uma “causa” e, desta forma, alcança o último problema que lhe interessa neste ensaio: o *ethos* da política como causa.

Ao indagar se a ética da conduta política seria idêntica à ética de qualquer outra conduta, chegando a se referir à ética absoluta do evangelho, Weber indica que “toda conduta eticamente orientada pode ser guiada por uma de duas máximas fundamentalmente e irreconciliavelmente diferentes: (...) uma ‘ética das últimas finalidades’, ou para uma ‘ética da responsabilidade’” (*ibidem*, p. 144). A primeira se ocupa basicamente do que supostamente tem de ser feito, independente dos resultados, enquanto a segunda, a ética da responsabilidade, exige que se preste contas dos resultados previsíveis dos atos cometidos, não permitindo que aquele que siga esta conduta onere terceiros com os resultados das suas próprias ações, na medida em que as pôde prever.

Se, conforme aponta Weber, o meio decisivo para a política é a violência, então existe uma tensão em política, entre meios e fins. Para Weber, “a ética dos fins últimos

469 Weber faz questão de distinguir este tipo de paixão da paixão que é uma emoção íntima: ele está se referindo a uma dedicação apaixonada a uma “causa” (WEBER, 1963: 138).
evidentemente se desfaz na questão da justificação dos meios pelos fins (...). Se fizermos qualquer concessão ao princípio de que os fins justificam os meios, não será possível aproximar uma ética dos fins últimos e uma ética da responsabilidade.” (ibidem. p. 146) Para Weber, aquele que deixa de perceber que do bem pode vir o bem e do mal pode vir o mal, mas que, com frequência, pode ocorrer o inverso, trata-se de um ingênuo em política. Diz Weber:

“quem deseja dedicar-se à política, e especialmente à política como vocação, tem de compreender esses paradoxos éticos. Deve saber que é responsável pelo que vier a ser sob o impacto de tais paradoxos. (...) Quem busca a salvação da alma, sua e dos outros, não deve buscá-la no caminho da política, pois as tarefas totalmente diferentes da política só podem ser resolvidas pela violência.” (WEBER, 1963: 150)

E mais adiante:

“A política é feita, sem dúvida, com a cabeça, mas certamente não é feita apenas com a cabeça. (...) Não podemos prescrever a ninguém que deva seguir uma ética de fins absolutos ou uma ética de responsabilidade, ou quando uma e quando outra. (...) Mas é profundamente conovente quando um homem maduro – não importa se velho ou jovem em anos – tem consciência de uma responsabilidade pelas consequências de sua conduta e realmente sente essa responsabilidade no coração e na alma. Age, então, segundo uma ética de responsabilidade (...).” (WEBER, 1963: 151)

As reflexões de Weber procuram interpretar a política como algo que exige “paixão e perspectiva”, não sem apontar “que o homem não teria alcançado o possível se repetidas vezes não tivesse tentado o impossível. Mas, para isso, o homem deve ser um líder, e não apenas um líder, mas também um herói, num sentido muito sôbrio da palavra.” (ibidem. p. 153) Para Weber, só tem vocação para a política quem souber resistir à estupidez ou mesquinhez do mundo em relação ao que lhe deseja oferecer.

O deputado Carlos Dias nos parece um político preso à ética da causa final em vez de prender-se à ética da responsabilidade, ao passo que políticos como o deputado Carlos Minc e Marcelo Freixo nos parecem se enquadrar no exemplo de Max Weber de homens maduros, que têm consciência de uma responsabilidade e a sentem no coração e na alma. Esta é a razão pela qual se sentem especialmente motivados a elaborar projetos de lei contra os PL anteriormente existentes. E é a ética da causa final que levou o deputado Carlos Dias a querer impor o ensino religioso, até mesmo com argumentos pouco ou nada racionais.

O deputado Carlos Dias buscou a salvação da alma – sua e dos outros – na política, o que Weber sugere que não se faça em política, e deputados como Carlos Minc ou Marcelo Freixo
(aqui tomados como exemplos, por terem sido importantes protagonistas das tramitações aqui descritas) buscaram ter uma ética da responsabilidade.

O projeto de Freixo, se aprovado e fosse tornado lei, uma vez que o deputado segue em outra legislatura na ALERJ, conseguiria dar uma fisionomia republicana à obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas fluminenses, já que é previsto na CF-88 e na LDB-96. Logo, o mesmo deveria ser desarquivado e votado em 2ª discussão, evitando que tivesse de ser o STF, a Câmara dos Deputados ou mesmo a ONU as instituições a reconhecerem uma contradição dos legisladores fluminenses ao lidarem com a previsão do ensino religioso nas escolas públicas do estado para cuja população legislam, a nosso ver, de modo indefensável como hoje ele é oferecido: confessional, catequista em grande medida, reforçando preconceitos e estereótipos e se opondo ao estatuto epistemológico de pressupostos de ciências ensinados na educação básica. E tudo isso pago pelo erário público, ocupando carga horária que poderia ser destinada a outra disciplina e levando os alunos que não querem ensino religioso a não terem sequer a mesma quantidade de aulas que seus colegas, bem como uma formação diferenciada. No Estado do Rio de Janeiro, quem quer uma escola absolutamente laica para matricular seus filhos, deve pagar por ela, pois as escolas públicas oferecem ensino religioso confessional.

Em suma, a pesquisa que realizamos se pretende contributiva pelo levantamento das tramitações referidas junto a fontes primárias, por procurar descrever e comparar todos os projetos de lei surgidos até agora, atualizando alguns dados a respeito para uma reconstrução histórica do ensino religioso na ALERJ. Concluímos que um PL sempre surgiu dos embates relacionados à tramitação do projeto de lei imediatamente anterior que tramitou sobre o mesmo tema na Assembleia Legislativa, comparando as características de cada um deles, verificamos que o PL 1069-07 observa bem os princípios republicanos e, por fim, procuramos em Weber identificar o que pode ter motivado Dias ao seu papel e Minc e Freixo às atuações que tiveram.

Entendemos que a escola deva ser o lugar do verificável, embora as crenças religiosas possam existir na cabeça dos alunos, desde que não sejam transmitidas pelo Estado e pela escola que o Estado deve gerir republicanamente, mas pela família desses alunos, e por instituições próprias do campo religioso. Se, na condição de cientistas, não admitiríamos que um de nossos pares fundamentasse uma dissertação ou uma tese em explicações religiosas, como permitiremos que se enseje às nossas crianças que a Ciência e crenças religiosas devem possuir o mesmo estatuto, como acabamos ensinando ao dar o mesmo papel a cada uma dessas esferas em sua formação escolar?
Como sugere Durkheim (2002), em capítulo de A Educação Moral, decidimos dar às nossas crianças uma educação que fosse puramente laica em nossas escolas, uma educação puramente racionalista, e – ainda que tal decisão nos leve a nos depararmos com paixões tão contraditórias, é impossível que não as abordemos de forma decisiva, visando efetivamente dar conta de nossa decisão por uma escola pública laica. Este é o desafio que a ALERJ também precisaria encarar.

<table>
<thead>
<tr>
<th>TABELA 1 - CARACTERÍSTICAS COMPARADAS DOS PROJETOS DE LEI EM TORNO DO ENSINO RELIGIOSO SURGIDOS NA ALERJ ENTRE 1999 E 2007</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>PL 159/99</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>-Reforçava caráter facultativo do ensino religioso e a destinação deste apenas ao ensino fundamental;</td>
</tr>
<tr>
<td>-Propunha atendimento a preferências religiosas identificadas em um levantamento de dados a ser feito;</td>
</tr>
<tr>
<td>-Propunha que lecionassem o ensino religioso “ministros” das confissões religiosas, “credenciados por órgãos competentes” com formação em Teologia ou Educação Religiosa;</td>
</tr>
<tr>
<td>-Previa possibilidade de pluriconfessionalidade;</td>
</tr>
<tr>
<td>-Propunha programa do ensino religioso submetido à elaboração por parte de “entidades religiosas”, mas garantia análise por parte da Secretaria de Educação para “verificação de incompatibilidade com legislação vigente”;</td>
</tr>
<tr>
<td>-Previa destinação de apenas uma hora/aula por semana para o ensino religioso;</td>
</tr>
<tr>
<td>-Explicitava na Justificativa interesse de doutrinação religiosa das crianças pelo ensino religioso, que serviria para “reliçar” o homem a Deus, ensinando às crianças princípios da fé e da religiosidade teísta;</td>
</tr>
<tr>
<td>-Não se refere a qualquer, ainda que suposto, “interesse público” em sua Justificativa;</td>
</tr>
</tbody>
</table>

XV Jornada do PPGSA/UFRJ  ●  02-05 dez. 2014
-Arquivado ainda em 1999 após ser retirado de pauta pela autora, descontente com os rumos de sua tramitação e com as emendas de Carlos Dias a este projeto.

-PL 1233/99

-Surgido do descontentamento de seu autor com a retirada de pauta do PL 159/99;

-Estendia ensino religioso a toda educação básica e não o restringia ao ensino fundamental, conforme indicava a LDB de 1996;

-Facultava aos pais o direito de optar se o ensino religioso seria recebido por seus filhos, no caso de confissão religiosa a que pertencessem estar credenciada, ou aos próprios filhos a partir da idade de 16 anos;

-Limitava ensino religioso a professores com registro no MEC e, preferencialmente, do quadro do magistério da Secretaria de Educação, desde que credenciados por autoridade religiosa competente;

-Estabelecia ao Estado o dever de apoiar integralmente o que as autoridades religiosas determinassem para o conteúdo do ensino religioso;

-Ampliava carga horária para dois tempos semanais de aula;

-Autorizava Poder Executivo a abrir concurso para professores de ensino religioso;

-Estabelecia que remuneração de professores de ensino religioso obedeceria aos mesmos padrões remuneratórios do quadro permanente do magistério estadual do Rio de Janeiro;

-Não possuía justificativa, havendo em seu lugar a inscrição “de plenário”;

-Tronou-se a lei 3459/00, de setembro de 2000, que dispõe sobre o ensino religioso nas escolas públicas, ainda em vigor.
- Surgido do descontentamento do seu autor com a sanção da lei 3459/00 e propunha dar nova redação à esta lei;

- Sugeria pluriconfessionalidade para o ensino religioso, retirando a confessionalidade deste tipo de ensino e vedando a primazia para alguma doutrina religiosa;

- Retirava a expressão “obrigatoriedade” do ensino religioso da lei;

- Atribuía ao sistema de ensino a regulamentação dos procedimentos para definição dos conteúdos de cada ciclo de conhecimento do ensino religioso, estabelecendo, entretanto, que “entidade civil” constituída por diferentes denominações religiosas fosse ouvida a respeito;

- Atribuía ao sistema de ensino normas para habilitação e admissão de professores concursados de ensino religioso e as medidas para capacitação destes;

- Visava, sobretudo, adequar legislação estadual à legislação federal;

- Acabava com necessidade de “credenciamento” junto a autoridades religiosas por parte dos professores de ensino religioso;

- Considerava prerrogativa da Secretaria de Educação decisão sobre aspectos pedagógicos e administrativos de sua grade escolar;

- Tramitou entre 2000 e 2004;

- Foi aprovado e seguiu para autógrafo, sendo vetado pelo Poder Executivo e o veto mantido pela ALERJ, o que o levou ao arquivamento.
PL 1069/07

<p>| | |</p>
<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>-Tendo entre seus co-autores deputados que já haviam se manifestado como contrários à lei 3459/00 e ao veto ao alternativo PL 1840/00, ainda tramita, e visa, sobretudo, a revogação da lei 3459/00;</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>-Restringe ensino religioso ao ensino fundamental;</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>-Observa a laicidade do Estado;</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>-Veda atividades de natureza catequética missionária ou doutrinária;</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>-Procura valorizar a diversidade religiosa;</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>-Veda interferência de autoridades religiosas;</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>-Atribui responsabilidades ao Conselho Estadual de Educação e à Secretaria de Educação;</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>-Tira carga horária do ensino religioso da carga horária mínima obrigatória na legislação educacional, de modo que as crianças ao terem o ensino religioso não deixem de ter o ensino de outras disciplinas previstas;</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>-Deixa a cargo da Secretaria de Educação o programa, a definição da carga horária e do material para ensino religioso, bem como orientações gerais a seu respeito, respeitando a legislação;</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>-Deixa a cargo da escola as orientações detalhadas sobre o ensino religioso, inclusive a definição do formato deste tipo de ensino, não sendo obrigatório que as atividades do ensino religioso sejam em formato de “aulas”;</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>-Veda provas (avaliações) ou reprovação por nota ou inassiduidade em relação ao ensino religioso;</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>-Observa rigorosamente a legislação federal sobre o tema;</strong></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
- Estabelece que os professores de ensino religioso sejam licenciados nas áreas de Ciências Humanas, como Filosofia, História, Ciências Sociais, Psicologia ou Pedagogia;

- Delimita que professores do magistério estadual só possam comprometer até 50% de sua carga horária para ensino religioso;

- Permite a alunos a partir de 12 anos que estes decidam se querem ou não se matricular no ensino religioso, se fundamentando em dispositivo do Estatuto da Criança e do Adolescente e torna revogável a decisão por cursar ou não o ensino religioso;

- Exige que existam alternativas para quem não quiser cursar o ensino religioso, ou mesmo a dispensa do aluno na ausência da oferta de tais atividades;

- Veda solicitação de declaração de preferência religiosa à administração estadual, aos professores, à direção e aos funcionários;

- Veda consequências aos professores em razão de suas convicções;

- Exige ampla divulgação das escolas do conteúdo da lei que poderá surgir deste projeto;

- Dá estímulo a pesquisas em torno de metodologia e didática do ensino religioso.

- Teve primeira discussão, encontrando resistência de alguns deputados, em 2007, na qual recebeu 30 emendas, todas sugerindo alterações para que este PL não promova maiores modificações no formato de ensino religioso hoje existente com base na lei 3459/00;

- Não houve até hoje nova discussão em torno deste PL.

Referências bibliográficas


XV Jornada do PPGSA/UFRJ  ●  02-05 dez. 2014


